

Congresso garante zerar pauta até junho

2 - MAI 1991

Os presidentes do Senado e da Câmara, Mauro Benevides e Ibsen Pinheiro, pretendem votar até o final de junho alguns projetos prioritários — inclusive os projetos enviados na última terça-feira pelo Executivo — para provar que o Congresso tem capacidade de legislar sem a utilização das medidas provisórias pelo Palácio do Planalto. Na próxima terça-feira, serão instaladas duas comissões para debater, dentro do Fórum Nacional de Debates, as propostas do Governo.

O líder do PT, José Genoíno, disse que o partido vai discutir no fórum os projetos enviados pelo Executivo, mas adiantou que o Partido dos Trabalhadores vai apresentar propostas alternativas. "Nós temos projetos prontos sobre organização sindical, contratos coletivos e salário mínimo, e vamos apresentá-los", afirmou Genoíno.

No que se refere ao Plano de Custeio e Benefícios da Previdência, José Genoíno disse que o PT vai insistir na tese do conselho de administração, formado pelo Governo e por representantes dos empresários e dos trabalhadores. Informou também que o partido vai propor a obrigatoriedade do Governo repassar as suas verbas sob alegação de que o Executivo tem administrado o orçamento com os fundos sociais.

Na semana passada, o PMDB definiu uma pauta de projetos que considera prioritários, para votação até o final de junho. Da pauta constam o Plano de Custeio e Benefícios, o Plano Nacional de Informática, a lei salarial e a lei de diretrizes orçamentárias. No caso da política salarial, o PMDB, segundo o líder Generaldo Correia, defende o reajuste automático para quem recebe até cinco salários mínimos. Ele também acha fundamental que o Congresso cumpra os prazos para votação das propostas, para mostrar que o País pode ser administrado através de projetos de lei e não pelo abuso das medidas provisórias.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) lembra que algumas propostas do Governo já integram projetos elaborados pelo partido, como a autonomia sindical. Ele argumenta que o Governo quer impor a liberdade sindical, com hora marcada, desconhecendo as condições de cada sindicato. Na questão salarial, defende "alguma forma de indexação permanente", e diz que "o Governo precisa quebrar o mito da inflação zero, para que o movimento sindical quebre o mito da indexação plena".

O deputado Amaral Netto (PDS-RJ) pouco falou sobre os projetos enviados ao Congresso.

preferiu atacar o Governo, que segundo ele, "é a desgraça maior que já aconteceu a este País, com todo respeito ao Presidente, de quem já fui muito amigo". De zero a dez, ele diz que dá menos cinco à performance do Executivo.

O ex-líder do PDS, acha que a culpa de tudo é da ministra da Economia, Zélia Cardoso Mello, que "tomou conta do País, como uma czarina", e do presidente Fernando Collor, que "se transformou num fac-totum nas mãos da ministra e do João Maia". Amaral Netto afirma que "a Zélia manda no Presidente", e diz que este não governa mais o País. "O Collor pensa que está governando, mas não está coisa nenhuma, governam por ele, ele só assina".

O projeto que privatiza os serviços portuários também faz parte da lista de prioridades do Governo, assim como o que institui a isenção do IPI para máquinas e equipamentos e o que dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.

O projeto que estabelece regras para o reajuste do salário mínimo também está na lista entregue ao Congresso, após acertada pelo ministro e pelos líderes, mas que deverá tramitar junto com o projeto que regula a livre negociação salarial.

CORREIO BRAZILIENSE